

INVASÃO

09 JUL 2006

PROJETO DE REGULARIZAÇÃO DAS
CERCAS DAS 700 SERÁ DISCUTIDO

JORNAL DE BRASÍLIA

Solução próxima

Maria Eugênia

Moradores das quadras 700 do Plano Piloto que cercaram áreas públicas devem marcar a data de 20 de julho na agenda. Nesse dia, o Conselho de Gestão de Preservação de Brasília (Conpresb) realiza sessão extraordinária, aberta à população, onde será apresentado e discutido projeto para a regularização do cercamento, considerado ilegal pelo Tribunal de Justiça do DF no ano passado. Dados do GDF mostram que 99% das 2.824 casas das asas Sul e Norte avançaram suas cercas sobre área pública.

A data da reunião foi proposta pela secretária de Habitação, Diana Motta, na semana passada, ao Conpresb e aprovada. Será o tempo necessário para que o grupo formado para encontrar soluções para o problema finalize os estudos e elabore um projeto de lei que o Poder Executivo vai encaminhar à Câmara Legislativa.

Se depender da maioria dos integrantes do Conpresb, o cercamento não será de graça. A invasão só deverá ser permitida

99%

DAS 2.824

CASAS DAS ASAS SUL E
NORTE AVANÇARAM
SUAS CERCAS SOBRE
ÁREA PÚBLICA.
CONSELHOS
COMUNITÁRIOS
DEFENDEM
CERCAMENTO PARA
SEGURANÇA DOS
MORADORES

mediante pagamento de taxa de ocupação do espaço, de acordo com o tamanho da ocupação.

Em abril, o Conpresb discutiu as diretrizes de uma minuta do projeto de lei para regularizar a situação das casas das quadras 700. O grupo de trabalho é formado por órgãos do GDF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e representantes da comunidade. Agora, a proposta está sendo aperfeiçoada para ser

apresentada no dia 20.

A proposta em análise prevê apenas a cobertura de até 50% do cercamento lateral das casas. A cobertura do cercamento frontal deve ser objeto da regulamentação do projeto de lei, sugere a secretária. Hoje, 20% das casas são cobertas na frente. O cercamento dos fundos das casas é outro ponto de falta de consenso entre os conselheiros. Apenas 1% das casas são cercadas no fundo, e a maioria está na Asa Norte.

■ Segurança

A expectativa é que os moradores que já instalaram as cercas possam mantê-las, mas terão que reduzir a altura daquelas que ultrapassam 5,5 metros. Os conselhos comunitários das asas Sul e Norte defendem que as cercas permaneçam para garantir a segurança dos moradores.

Em 1993, uma lei aprovada na Câmara Legislativa autorizou a ocupação de área pública nessas quadras. Mas foi considerada ilegal, em abril de 2004, pelo Tribunal de Justiça do DF, uma vez que foi proposta por um parlamentar e não pelo Executivo.